



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANDRÉA CRISTINA DE SOUZA

**A INTEGRAÇÃO DO CUIDAR E DO EDUCAR NAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INFANTIS E A FORMAÇÃO DO
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

LONDRINA
2009

ANDRÉA CRISTINA DE SOUZA

**A INTEGRAÇÃO DO CUIDAR E DO EDUCAR NAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INFANTIS E A FORMAÇÃO DO
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Londrina.

Orientadora: Prof^a. Ms. Beatriz Carmo
Lima de Aguiar

LONDRINA
2009

ANDRÉA CRISTINA DE SOUZA

**A INTEGRAÇÃO DO CUIDAR E DO EDUCAR NAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INFANTIS E A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Londrina.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Ms. Beatriz Carmo Lima de Aguiar
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a Ms. Cristina Nogueira de Mendonça
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a Ms. Cassiana Magalhães Raizer
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 11 de Novembro de 2009.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais Geraldo Pereira de Souza e Marlene Aparecida Nogueira de Souza e ao meu avô Alcides Estevan Nogueira (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus.

Aos meus familiares, principalmente a meus pais, Marlene Aparecida Nogueira de souza e Geraldo Pereira de Souza, ao meu namorado Wilson Benicio, as minhas amigas Angélica Piai e Camila Silva, que tanto me apoiaram, me deram forças e incentivo neste processo de pesquisa.

A Professora e Orientadora Beatriz Carmo Lima de Aguiar.

SOUZA, Andréa Cristina de. **A integração do educar e do cuidar nas práticas pedagógicas e a formação do profissional de educação infantil.** 2009. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

Este trabalho apresenta um breve relato do histórico das instituições de educação infantil no Brasil, que teve início na metade do século XIX e comenta sobre sua expansão no decorrer dos anos, destacando as leis e as constituições referentes ao desenvolvimento da educação infantil, como também faz uma discussão sobre a concepção de infância. Discute a integração entre o cuidar e o educar nas práticas pedagógicas com crianças de zero a seis anos e a formação dos profissionais na educação infantil. O objetivo desta pesquisa é discutir, questionar e refletir sobre a integração entre o cuidar e o educar nas ações educativas da educação infantil e sobre a formação do profissional que atua com crianças pequenas. A metodologia utilizada neste trabalho foi realizada por meio de pesquisas bibliográficas e documentais de abordagem qualitativa. Os resultados alcançados por esse procedimento de pesquisa, possibilitaram um maior conhecimento a respeito do processo histórico das instituições de educação infantil, além disso, propiciaram a reflexão no que concerne os cuidados específicos que as crianças necessitam como o banho, o controle dos esfíncteres, o brincar, a alimentação e o descanso que podem ser utilizados como atividades que desenvolvem a aprendizagem destes sujeitos.

Palavras-chave: Educação Infantil. Integração - Cuidar e Educar. Formação Profissional.

LISTA DE SIGLAS

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MEC	Ministério da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – BREVE HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	11
1.1 CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA.....	17
CAPÍTULO 2 - A INTEGRAÇÃO ENTRE O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	20
2.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRANDO CUIDADO E EDUCAÇÃO	22
CAPÍTULO 3 - A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DIRECIONADA A INTEGRAÇÃO DO CUIDAR E DO EDUCAR	30
3.1 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

O novo papel da educação infantil a partir do século XX ocasionou uma outra concepção e visão de criança e do profissional que atua na educação das crianças de zero a seis anos, por este motivo é indispensável ter pesquisas e discussões sobre o tema educação infantil:

A temática do trabalho docente desenvolvido na educação infantil tem suscitado a atenção e o interesse de pesquisadores e de educadores, intensificando, a partir da última década do século XX, debates e questionamentos sobre esta área da educação básica, oportunizando assim, novos olhares nesse campo de pesquisa ainda incipiente, mas bastante promissor (CARVALHO, 2003, p. 23).

O tema proposto nesta pesquisa teve sua gênese devido a questionamentos, curiosidades e interesse sobre a integração entre o cuidar e o educar na educação infantil e de que forma este aspecto deve ser adequado no fazer pedagógico dos profissionais infantis.

Neste trabalho a delimitação do problema tem o propósito de discutir a integração entre o cuidar e o educar nas práticas educativas infantis e a formação profissional na educação infantil direcionada a esta prática educativa.

A história da educação infantil no Brasil apresentou modificações no decorrer dos anos na concepção do papel das instituições voltadas às crianças de zero a seis anos, pois de início, no século XIX, as instituições infantis visavam somente o cuidar e não tinham a preocupação referente à educação das crianças. Atualmente a concepção muda de assistencialista para a integração do cuidar e educar na proposta pedagógica da educação infantil e com esta nova visão, a formação de professores necessita adequar-se. Neste contexto, os futuros profissionais devem estar aptos a fazer esta integração na sua atuação junto às crianças.

Esta pesquisa contribui para que os educadores conheçam a história da educação infantil brasileira desde o seu início até os dias de hoje. Além disso, possibilita o conhecimento da forma de integrar o educar e o cuidar e aponta a importância da formação do profissional direcionada a esta integração na educação infantil.

O objetivo desta pesquisa é apresentar o histórico das instituições infantis no Brasil, como também, analisar e refletir sobre a integração do cuidar-educar na educação infantil e sobre a formação do profissional perante estes dois aspectos.

Para alcançar os objetivos propostos, fez-se necessária a pesquisa bibliográfica juntamente com a pesquisa documental, de abordagem qualitativa. A referida pesquisa é fundamentada na análise de livros, documentos, artigos, textos que fazem referências aos assuntos discutidos no trabalho.

A pesquisa bibliográfica segundo Severino (2007, p. 122), “É aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc”. O autor ainda salienta que nesta pesquisa, são utilizados dados teóricos que foram trabalhos por outros pesquisadores, assim, o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos textos, que se tornam fontes do tema pesquisado.

Vale destacar que a coleta das informações, realizada também por meio de livros, revistas, documentos, “Não se faz ao acaso, mas visa atingir os propósitos específicos da investigação, ou seja, ele ocorre em função da obtenção de respostas ao questionamento existente” (MOROZ; GIANFALDONI, 2006, p. 23-24),

Pautando também na pesquisa documental conforme descreve Severino (2007, p. 122-123) “Tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”.

O trabalho está dividido em três capítulos, o primeiro denominado “Breve Histórico das Instituições de Educação Infantil no Brasil”, o segundo “A Integração entre o Cuidar e o Educar na Educação Infantil”, e o terceiro capítulo titulado como “A Importância da Formação do Profissional de Educação Infantil direcionada a Integração do Cuidar e do Educar”.

O primeiro capítulo descreve o processo de desenvolvimento as instituições de educação infantil no Brasil a partir da metade do século XIX, até o século XX, com as novas leis, normas e constituições referentes à educação de crianças de zero a seis anos e comenta sobre a concepção de infância.

O segundo capítulo apresenta uma discussão sobre a integração do cuidar e o educar na educação infantil, assim como expõe algumas atividades que

envolvem os cuidados específicos que as crianças necessitam como o banho, o brincar, a alimentação e o descanso, que são atividades que podem contribuir para a aprendizagem das crianças nas instituições.

O terceiro capítulo menciona a importância da formação profissional direcionada a integração do cuidar-educar na educação infantil, delineando que o profissional deve ter os conhecimentos fundamentais sobre a infância e suas especificidades. Destaca ainda, a qualificação dos educadores de educação infantil.

CAPÍTULO 1

BREVE HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Passos significativos foram dados nos últimos anos para a garantia da consolidação do atendimento educacional à faixa etária anterior aos 7 anos, fundamentalmente registrados nos avanços que a pesquisa tem alcançado nesta área e nos ganhos obtidos a nível constitucional.

Maristela Angotti

A educação infantil no Brasil inicia-se a partir da metade do século XIX, com as instituições infantis assistenciais que visavam à proteção e a guarda das crianças carentes (OLIVEIRA, 2007, p. 92). A expansão das instituições foi em decorrência da abolição da escravidão no país e da grande migração da população rural para a zona urbana, conforme relata Oliveira:

No período precedente à proclamação da República, observam-se iniciativas isoladas de proteção à infância, muitas delas orientadas ao combate das altas taxas de mortalidade infantil da época, com a criação de entidades de amparo. Ademais, a abolição da escravidão no Brasil suscitou, de um lado, novos problemas concernentes ao destino dos filhos de escravos, que já iriam assumir a condição de seus pais, e, de outro, concorreu para o aumento do abandono de crianças e para a busca de novas soluções para o problema da infância, as quais, na verdade, representavam apenas uma “arte de varrer o problema para debaixo do tapete”: criação de creches, asilos e internatos, vistos na época como instituições assemelhadas e destinadas a cuidar das crianças pobres (OLIVEIRA, 2007, p. 92).

No final do século XIX, foi trazida ao Brasil a idéia de Jardins-de-infância pelos europeus e americanos, causando muita discussão entre os políticos daquela época, pois, alguns o criticam e outros defendiam, como diz Oliveira (2007, p. 92):

Muitos criticavam por identificá-lo com as salas de asilo francesas, entendidas como locais de mera guarda das crianças. Outros a defendiam por acreditarem que trariam vantagens para o desenvolvimento infantil, sob a influência dos escola-novistas.

Neste contexto de discussão, foram criados os primeiros jardins-de-infância privados no Rio de Janeiro em 1875 e em São Paulo, em 1877. Depois de alguns anos surgiram os jardins-de-infância públicos destinados às crianças das classes mais elevadas, com um programa pedagógico inspirado em Froebel (OLIVEIRA, 2007, p. 93).

No ano de 1899, fundou-se no Rio de Janeiro o Instituto de Proteção e Assistência à Infância e inaugurou-se a creche da companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, sendo a primeira creche do Brasil a atender filhos de operários (KUHLMANN, 2004, p. 82).

Observamos que no início do século XX, a estrutura familiar brasileira apresentou profundas modificações. Devido à urbanização e a industrialização do sistema capitalista vigente, as mulheres que até esta época possuíam o papel exclusivamente de dona de casa, começaram a se inserir no mercado de trabalho.

Neste contexto, em decorrência da mão-de-obra masculina permanecer no campo na sua maioria, as fábricas começaram a admitir uma grande quantidade de mulheres, causando para as mães operárias uma dificuldade em relação ao lugar que iriam deixar seus filhos pequenos enquanto trabalhavam (OLIVEIRA, 2007, p. 95). Deste modo, como não possuíam lugar específico para deixarem seus filhos, as opções apresentadas eram que as crianças ficassem com seus familiares, ou aos cuidados das criadeiras. Estas foram chamadas de fazedoras de anjos, porque a taxa de mortalidade das crianças que elas cuidavam era muita elevada devido à falta de higiene e cuidados adequados (OLIVEIRA, 2007, p. 95).

Entretanto, foi neste contexto que aumentou a necessidade por creches, em função da precisão das mães por um lugar que oferecesse cuidado e proteção aos seus filhos no período em que trabalham. Notamos que as primeiras creches que foram fundadas, não eram suficientes para atender a elevada procura de todas as mães que dela precisavam. Sendo assim, os movimentos operários em consequência da ausência de creches, organizaram reivindicações para a abertura de uma maior quantidade de instituições infantis.

Conforme relata Oliveira (2007, p. 96):

Entre as reivindicações de parte do movimento operário, na década de 20 e no início dos anos 30, por melhores condições de trabalho e de vida estava a da existência de locais para guarda e atendimento das crianças durante o trabalho das mães.

As primeiras reivindicações nas décadas de 20 e 30 para a abertura de creches foram direcionadas aos empresários, donos das indústrias. A partir dessas reivindicações, alguns deles cederam às pressões e abriram creches para os filhos das mulheres que trabalhavam nas suas fábricas. Eles acreditavam que as instituições infantis nas indústrias ocasionariam o aumento da produção feminina, pois, as mães permaneceriam no mesmo ambiente que os filhos (OLIVEIRA, 2007, p. 96).

Nas décadas de 40 e 50, nas creches o atendimento das crianças pequenas era vinculado às questões de saúde, higiene, alimentação e o cuidado. De acordo com Oliveira (2007, p. 100-101) “A preocupação era alimentar, cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado um trabalho orientado à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças”.

As instituições infantis no início de seu desenvolvimento tinham como objetivos gerais o cuidado das crianças, não sendo muito visada a parte educacional, segundo Azevedo e Silva (1999, p. 38) “As primeiras iniciativas de atendimento à criança pequena tinham objetivo meramente assistencial, ou seja, apenas se preocupavam com os cuidados físicos de que elas necessitam”.

Notamos que na segunda metade do século XX, as creches e parques infantis passaram a se preocupar não somente com os filhos das mães operárias, mas com todos os filhos das mulheres que trabalhavam fora do lar, como os filhos das empregadas domésticas, trabalhadoras do comércio e funcionárias públicas (OLIVEIRA, 2007, p. 102).

Na década de 60, mais especificamente no ano de 1961, os jardins-de-infância tiveram uma mudança significativa, eles passaram a ser incluídos no sistema de ensino, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil (Lei 4024/61) que propôs nos seguintes artigos:

Art.23 – A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância.
Art. 24 – As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária (OLIVEIRA, 2007, p. 102).

Pós 1964, no período dos governos militares, as instituições infantis continuaram vinculadas à idéia de instituições sociais de assistência as crianças pertencentes à classe baixa. Algumas dessas influenciadas pelo modelo tecnicista começaram a trabalhar de forma técnica com as crianças, havendo preocupações com a educação formal e fazendo uso de um sistema educativo sistematizado (OLIVEIRA, 2007, p. 107).

Segundo Kuhlmann (2004, p. 199) foi a partir da década de 60 que as instituições de educação infantil tiveram a ampliação do reconhecimento por oferecer educação às crianças, Kuhlmann também afirma, “a demanda desses setores promoveu uma recharacterização das instituições, que passaram a ser vistas como apropriadas a crianças de todas as classes sociais”.

Na década de 70, com o crescimento das cidades, do trabalho nas indústrias e a entrada das mulheres da classe média no mercado de trabalho, gerou-se uma nova preocupação com a segurança das crianças. Com as mães trabalhando fora de casa e o aumento da população, ocorreu à diminuição de lugares em que as crianças brincavam, com isto, a abertura de novas instituições para a faixa etária de zero a seis anos foi outra vez causa de reivindicações sociais por alguns movimentos, dentre eles o movimento feminista.

Conforme Rosemberg (1989, p. 100),

A base de sustentação do Movimento de Luta por Creches eram *mulheres de operários* que, atuando geralmente nos clubes de mães, reivindicavam creches para poderem trabalhar fora. Sua luta por creches era determinada por razões concretas, ou seja, ter um local onde pudessem deixar seus filhos para poderem aumentar a renda familiar através do trabalho remunerado.

Neste período também da década de 70, ocorreu uma grande expansão das creches no Brasil tanto da rede pública quanto da rede particular com um novo significado, destinadas não somente para crianças pobres, mas também para aquelas pertencentes a classe média da sociedade em geral, priorizando a parte educativa das instituições infantis (OLIVEIRA, 2007, p. 109). Observamos que o atendimento público as crianças pequenas foi considerado de fundamental importância para as crianças carentes, ou seja,

[...] às crianças dessas camadas em instituições como creches, parques infantis e pré-escolas possibilitaria a superação das condições sociais a que estavam sujeitas, mesmo sem alteração das estruturas sociais geradoras daqueles problemas (OLIVEIRA, 2007, p. 109).

Neste momento de expansão e de um novo significado das creches, começaram a surgir discussões acerca da importância dos primeiros anos de vida da criança para o seu desenvolvimento. Além da defesa da municipalização das instituições infantis voltadas para uma proposta pedagógica educativa, embora não abandonando sua função assistencial (OLIVEIRA, 2007, p. 110).

Com a nova legislação do ensino formulada em 1971 (Lei 5692) as instituições deveriam proporcionar educação às crianças menores de sete anos nos parques infantis, jardins-de-infância e creches. Vale ressaltar que os parques infantis atendiam os filhos de operários, as creches cuidavam das crianças que eram consideradas de baixa renda, já os jardins-de-infância tinham nas suas propostas de ensino o desenvolvimento afetivo e cognitivo para as crianças da classe média (OLIVEIRA, 2007, p. 108, 110).

As reivindicações, a partir do final da década de 70, deixaram de ser destinadas aos empresários industriais e passaram a ser direcionadas ao estado que a partir de então, passou a ter responsabilidade e o dever de oferecer à sociedade creches, parques infantis e escolas maternas.

Na década de 80, o atendimento às crianças de zero a seis anos passa a ter uma atenção e uma valorização maior pelo poder público com as novas leis e constituições. Nesta década, vale destacar que a Constituição Federal de 1988, foi à primeira Constituição da história do Brasil a referir-se aos direitos específicos das crianças, como também afirmou que a educação é um direito de todas as crianças de zero a seis anos de idade e sua oferta é um dever do estado (SILVA et al., 2001, p.183-184).

O artigo 208, inciso IV da Constituição descreve:

Art. 208. O Dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:
IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (BRASIL, 2002, p. 130).

As leis e documentos para a Educação Infantil citados anteriormente, isto é, a nova Legislação de 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil de 1961 e especialmente a Constituição de 1988 são as bases para a elaboração e reformulação das leis e documentos atualmente vigentes descritos a seguir.

A Constituição Federal de 1988, que determinou ao Estado a obrigação do atendimento às crianças de zero a seis anos, provocou um maior desenvolvimento das políticas públicas voltadas a esta faixa etária. Especialmente na década de 90, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, Lei de Diretrizes e Bases da Educação do ano 1996 e o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil em 1998 (SILVA et al., 2001).

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado em 13 de Julho de 1990, Lei Nº. 8.069, no seu artigo 54, inciso IV, determina que seja dever do Estado assegurar às crianças de zero a seis anos de idade atendimento em creche e pré-escola (BRASIL, 2006, p. 18). O Estatuto da Criança e do Adolescente ainda regulamentou o art. 227 da Constituição Federal de 1998, inserindo as crianças no mundo dos Direitos Humanos. “Pelo ECA, a criança é considerada como sujeito de direitos. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar e de opinar” (LEITE FILHO, 2001, p. 32).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 20 de Dezembro de 1996, Lei 9.394, define em seus art. 21 e art.29 que a Educação Infantil é uma etapa inicial da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças (BRASIL, 2007, p. 16-29).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996):

Art. 21º. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 2007, p. 16-29).

Vale ressaltar que o termo Educação Infantil passou a vigorar no Brasil a partir do ano de 1996, com a emenda Constitucional nº. 14 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil, a expressão refere-se à educação das

crianças da faixa etária do zero a seis anos, ou seja, compreende desde o seu nascimento até a entrada no ensino fundamental (DIDONET, 1997, p. 89).

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, é um documento oficial elaborado pelo MEC no ano de 1998, tem como proposta servir de embasamento para a produção de planejamentos pedagógicos nas instituições dos municípios, cada qual adotando a sua realidade conforme a proposta da LDB, sobre os princípios e os fins da educação. Como o nome já diz é apenas um referencial para ser seguido na elaboração das propostas pedagógicas na educação infantil (SILVA, et al., 2001, p. 191).

1.1 CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

Devemos destacar que a história da Educação Infantil tem que ser analisada juntamente com idéia de Infância, que será descrita brevemente a seguir, para termos a compreensão do processo histórico que constituiu a importância e o reconhecimento do ser criança.

A concepção de infância que temos atualmente, como uma condição especificamente do ser criança e das suas particularidades enquanto ser social não foi sempre assim, mas se deu a partir do processo de mudança da sociedade quando passou a predominar o sistema capitalista, ocasionando o crescimento das cidades e o crescimento industrial (KRAMER, 2001, p. 19). Porém antes desta idéia de infância, na sociedade feudal as crianças eram vistas como adultos em miniaturas que exerciam as funções juntamente com os adultos. Já com a entrada do modelo econômico capitalista as crianças são compreendidas com um novo olhar pela sociedade, como pessoas que necessitam de cuidado, proteção, atenção, afetividade e educação, pois essas crianças exercem e exercerão um papel na sociedade. Segundo Kramer (2001, p. 19),

A idéia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período da alta mortalidade, na sociedade burguesa

ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade.

O sentimento de infância conforme Kramer (2001, p. 17),

[...] não significa o mesmo que afeiçoar pelas crianças; corresponde, na verdade, à consciência da particularidade infantil, ou seja, aquilo que distingue a criança do adulto e faz com que a criança seja considerada como adulto em potencial, dotada de capacidade de desenvolvimento.

Kuhlmann e Fernandes (2004, p. 15) compreendem a infância, “[...] como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito que vive essa fase da vida”.

Para Viana (2002, p. 58) a infância, “[...] é o momento propício para aguardar os procedimentos e ações adequadas a fim de que lhe sejam proporcionadas as condições de pleno desenvolvimento psíquico, intelectual e social”.

Acreditamos que a compreensão de infância, das suas necessidades, das suas limitações, seus deveres e direitos enquanto criança está inserida na educação infantil. Entretanto para serem valorizados estes aspectos, muitos anos foram necessários, como foi descrito acima, para que hoje se perceba a importância das crianças desta faixa etária, de 0-6 anos, terem o direito à educação e não somente ao assistencialismo nas instituições infantis. Importa salientar que neste trabalho foi utilizada para caracterizar a faixa etária das crianças que freqüentam a educação infantil a idade que compreende de zero a seis anos, mas, cabe lembrar que a educação infantil atualmente abrange a idade de zero a cinco anos devido a Lei n. 11. 274/2006, em que o Ensino Fundamental passa a ter nove anos, incluindo obrigatoriamente as crianças de seis anos (KRAMER, 2006, p. 810).

Neste contexto,

A criança, ao contrário do que era considerado no passado, mostra-se como um ser que pensa, tem sentimentos e emoções e, portanto, é participante ativo do mundo. Lidar e relacionar-se com a criança, nos dias de hoje, alcança uma dimensão que vai além da guarda, proteção e assistência; aponta para um objetivo muito mais amplo que é o de educar, respeitando sua individualidade e formas de aprender. (VIANA, 2002, p. 56).

O reconhecimento e a valorização da infância e da educação infantil no Brasil, como foram mencionados acima, apresentam todo um processo histórico, sendo destacado neste trabalho o período a partir da metade do século XIX e com uma maior expansão e valor no século XX, ocasionado pelas políticas educacionais voltadas à Educação Infantil; como as leis e diretrizes que foram descritas que asseguram o direito da infância, que continuamente estão em desenvolvimento e discussão no atual século XXI.

CAPÍTULO 2

A INTEGRAÇÃO ENTRE CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O cuidado, a atenção, o acolhimento precisam estar presentes na educação infantil. A alegria e a brincadeira também.

Sonia Kramer

A educação infantil como foi mencionada no capítulo anterior, teve a princípio em seu desenvolvimento histórico o objetivo de oferecer assistência às crianças pequenas nas instituições infantis, em seguida, passou a visar não somente a assistência, mas também proporcionar aprendizagem às crianças com idades de zero a seis anos que a freqüentavam. Segundo Didonet (1997, p. 89) a educação infantil “[...] é o segmento que mais se desenvolveu nos últimos anos, no Brasil”.

É fato que as mudanças ocorridas na sociedade, na estrutura familiar, no surgimento de novos papéis das mulheres e dos homens, fizeram com que houvesse questionamentos entre a família e o estado na responsabilidade do cuidado e da educação das crianças (HADDAD, 2003, p. 17).

Neste contexto de desenvolvimento da Educação Infantil, em 1988 a Constituição Federal Brasileira, determinou que a educação infantil é um direito das crianças desde seu nascimento. A partir deste período a educação infantil teve um maior reconhecimento e foi oferecido educação em creches e pré-escolas possibilitando um maior desenvolvimento no sistema de ensino. No ano de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases, a educação infantil passa a ser considerada a primeira etapa da educação básica (DIDONET, 2003, p.6).

Desta forma, devemos compreender que a educação infantil é composta por crianças, que segundo Angotti (2006, p. 20) são:

Seres íntegros em suas manifestações de singularidade, sociabilidade, historicidade e cultura, que, por meio das práticas de educação e cuidado, deverão ter a garantia de seu desenvolvimento pleno pelas vias da integração entre seus aspectos constitutivos, ou seja, o físico, emocional, afetivo, cognitivo/lingüístico e social.

Angotti (2006, p. 23), defende também, a idéia de respeitar o desenvolvimento natural do ser criança enquanto pessoa, ser social, ser cultural e ser histórico, estas concepções do que é ser criança, devem ser consideradas na elaboração do trabalho pedagógico das Instituições de Educação Infantil, no sentido de promover na vida das crianças significados e experiências individuais e de convivência com o outro.

Na educação infantil, a prática pedagógica envolve o ato de cuidar tanto quanto o ato de educar, conforme Didonet (2003, p. 9),

Não há um conteúdo “educativo” na creche desvinculado dos gestos de cuidar. Não há um “ensino”, seja um conhecimento ou um hábito, que utilize uma via diferente da atenção afetuosa, alegre, disponível e promotora da progressiva autonomia da criança.

A educação infantil deve ser vista e entendida como formação de crianças de zero a seis anos de idade, formação esta “em que o cuidar possa oferecer condições para que o educar possa acontecer e o educar possa prover condições de cuidado” (ANGOTTI, 2006, p. 25).

Entendemos que todas as crianças carecem de cuidados, especialmente aquelas com idade inferior aos sete anos que pertencem à educação infantil, como diz Costa (2006, p. 66):

Na Educação Infantil é possível afirmar que os cuidados estão associados à sobrevivência e ao desenvolvimento da identidade da criança, de todas as crianças. Um desenvolvimento que não é isolado em si mesmo, mas que se encontra envolvido em um tempo histórico. Um processo que é proporcionado por sujeitos protagonistas e com seus componentes individuais, físicos, psíquicos, e culturais. As interações entre os participantes do cuidado ocorrem a partir de inúmeras possibilidades, criança-educadora, criança-mãe, criança-criança. Os cenários ligados ao cuidar se configuram em espaços físicos diferentes mas profundamente articulados, pelo objetivo comum do cuidado à criança.

O ato de cuidar envolve todo um processo de aprendizagem, construção de habilidades pelas crianças e também uma relação entre os que cuidam e que são cuidados, pois, as crianças aprendem com as pessoas que convivem juntas em seu cotidiano. Rossetti-Ferreira (2003, p. 10) ressalta:

“admirável capacidade humana essa de aprender com os outros da mesma espécie e de se adaptar aos mais variados ambientes e situações”.

Em relação à definição do educar e do cuidar o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil descreve:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, v.1, p. 23).

Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos (BRASIL, 1998, v. 1, p. 24).

Na educação infantil os cuidados específicos para com as crianças como o banho, o controle dos esfíncteres, o brincar, a alimentação e o descanso, que fazem parte do cotidiano, podem ser utilizados como forma de favorecer o ensino e aprendizagem destas dentro do sistema educacional das instituições infantis.

2.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRANDO O CUIDADO E A EDUCAÇÃO

A rotina nas instituições de Educação Infantil, como o ambiente das mesmas, devem ser organizados de modo que propiciem o desenvolvimento de habilidades para a autonomia das crianças. Por exemplo, como na hora do banho onde as crianças deverão ter os estímulos e conseqüentemente a aprendizagem de como se despir, lavar, enxugar, vestir e calçar a si mesma como os outros amigos, como também têm o contato direto com a água, o sabão e a esponja, conhecendo suas texturas e qualidades, as crianças na hora do banho aprendem a cuidar das outras crianças e serem cuidadas pelas outras de maneira recíproca (ROSSETTI-FERREIRA, 2003, p. 11).

Rossetti-Ferreira (2003, p. 11) comenta ainda “Com isso, estaremos exercendo um cuidado/uma educação que as coloca em uma posição mais ativa, de alguém competente para interagir, aprender e exercer uma série de funções”.

Junqueira Filho, Kaercher e Cunha (2001, p. 42), apresentam um exemplo de atividade para a hora do banho que propicia um universo de múltiplas possibilidades. Eles destacam a exploração de livros de borracha coloridos e infláveis, juntamente com o contato da água, com a voz e o carinho do educador que promove o banho, criando para as crianças associações e possibilidades de sentir, observar e conhecer o objeto livro.

Também corrobora com esta idéia Mello e Vitória (2001, p. 125), ao comentarem que o banho pode ser enriquecido e facilitado quando se oferece para as crianças potes de diversos tamanhos, brinquedos e esponjas de variadas formas. Além disso, é possível organizar brincadeiras com diversificados objetos, como bolinhas de sabão, retalhos e enfatizam também a utilização dos livros plásticos.

A adequada organização na hora do banho realizada pelo educador faz com que a criança se divirta, aprenda e construa bons hábitos. O momento do banho deve ser planejado como um espaço interativo com atividades lúdicas e de aprendizagens, promovendo a autonomia, brincadeiras e o prazer para as crianças (GUIMARÃES, 2001, p. 121).

Mello e Vitoria (2001, p. 125), também ressaltam que na hora do banho, “a criança pode aprender hábitos de higiene e desenvolver sua autonomia, com prazer de um banho saudável e sem pressa”.

Guimarães (2001, p. 121) comenta que o banheiro deve se transformar em piscina, quadra de esportes, castelo encantado, floresta, salão de cabeleireiro e lojas de roupas. Às vezes, o banho torna-se mais agradável ouvindo-se músicas, escutando histórias no momento em que se vestem. A autora salienta ainda que não existe receita ideal para a hora do banho, pois, cada grupo de crianças tem suas características próprias, cabendo ao educador definir qual a melhor organização do banho para a sua turma.

Entendemos que o banho faz parte da higienização das crianças e este por sua vez é um item da rotina das instituições de educação infantil. Rizzo (2003, p. 341), diz que a higiene das crianças deve ser realizada oferecendo momentos de afeto, alegria e respeito, sendo que estes hábitos de higiene se formarão pela sua repetição e serão lembradas com prazer.

O controle dos esfíncteres também é um elemento que pode ser utilizado para as práticas educativas envolvendo atos de cuidados específicos e necessários às crianças, ou seja, o controle de esfíncteres necessita de todo um processo de educação e cuidados.

As crianças aproximadamente aos dois anos, começam a adquirir capacidades para aprender e controlar os esfíncteres, estas capacidades conforme relata Moreira e Vitoria (2001, p. 139) são:

- Perceber sua necessidade de fazer xixi e cocô e saber comunicá-la ao adulto;
- Conseguir adiar essa necessidade, mesmo que por poucos instantes;
- Controlar a musculatura do intestino e bexiga;
- Entender o que o adulto quer ao conduzi-la ao banheiro e oferecer o penico;
- Conseguir manter-se sentada no penico sem a ajuda do adulto;

Nos períodos em que as crianças estão aprendendo a controlar os esfíncteres, as mesmas desenvolvem relações com o seu próprio corpo, e constroem sua auto-estima (MOREIRA, VITORIA, 2001, p. 140).

Neste processo, os educadores devem propiciar as crianças recursos para as ajudarem, como planejar a rotina da turma e organizar um determinado período para começar o processo com todas as crianças juntas. É importante comunicar aos pais quando iniciamos o processo de educação com as crianças dos esfíncteres e procurar a colaboração com a família. É válido oferecer livros, sucatas e brinquedos para as crianças enquanto ficam sentadas nos penicos para terem assim tempo para fazerem cocô e xixi; além disso, deixar as crianças sem fraldas, somente de roupas, as ajuda a perceber que precisam ir ao banheiro ao sentirem vontade de fazer xixi e cocô, ou senão irão fazer na roupa, como também se as crianças tiverem sem fraldas terão mais facilidade de tirarem a roupa no momento que vão utilizar o penico ou o vaso sanitário (MOREIRA, VITORIA, 2001, p. 140).

Enfim, esses recursos oferecidos às crianças pelos educadores, são estímulos que propiciam sua aprendizagem no controle dos esfíncteres.

Assim como o banho e o controle dos esfíncteres, o brincar também é uma das situações do cotidiano infantil que favorece as práticas educativas. Além disso, constitui uma das partes inerentes da infância de todas as crianças, como as

brincadeiras e os brinquedos. De acordo com Kishimoto (1996, p. 21), estes desempenham o papel no desenvolvimento e construção do conhecimento infantil, proporcionando aprendizagem às crianças na Educação Infantil. Através do brincar, as crianças exploram o mundo, fazem descobertas, interagem com os outros, criam novos significados e conhecimentos propiciando o seu processo de aprendizagem.

Conforme descreve Antunes (2004, p. 31), nas brincadeiras às crianças desenvolvem a imaginação, exploram habilidades, fundamentam afetos, assumem variados papéis e personagens, geram competências interativas e cognitivas, estimulam a memória, exaltam emoções, desenvolvem a linguagem e a criatividade e constroem seus próprios mundos.

Antunes (2004, p. 32-33) ainda ressalta:

Brincar favorece a auto-estima, a interação com seus pares e, sobretudo, a linguagem interrogativa, propiciando situações de aprendizagem que desafiam seus saberes estabelecidos e destes fazem elementos para novos esquemas de cognição.

Entretanto, nas instituições infantis o ato de brincar deve ser oferecido e considerado parte do processo educacional, pois, o brincar ensina comportamentos sociais, costumes e regras para as crianças, além de desenvolver suas habilidades e capacidades como um todo (CREPALDI, 2006, p. 176).

Como no brincar descrito acima, a alimentação também é uma das atividades nas instituições infantis que favorece a aprendizagem das crianças. Partindo desta perspectiva, na hora da alimentação ao mesmo tempo em que as crianças comem, pode-se estimular o conhecimento de como se manusear os talheres, como se alimentar sozinhas e aprender a alimentar-se de maneira adequada, conhecendo os alimentos e suas qualidades nutricionais. Amaral (2001, p. 3) destaca que quando as crianças participam das atividades de organização do refeitório, arrumando os pratos e os talheres nas mesas, isto faz com que se favoreça seu apetite e seu desenvolvimento.

Piotto, Ferreira e Pantoni (2001, p. 126-127), salientam que a alimentação possui um significado social, pois ao comer há relação com o outro, e ainda a comida oferece o conhecimento de diferenciadas texturas, formas, cores e diversificados sabores. Neste momento, as crianças sentem a necessidade de pegar, olhar, cheirar e sentir, mas ao terem este contato com a comida, ocorre uma

grande bagunça, fazendo com que muitas vezes o educador, pelo motivo da aparente desordem, não permita que estas tenham a experiência de comerem sozinhas. De acordo com Rizzo (2003, p. 340), é por volta dos 18 meses que as crianças devem ser estimuladas a comer com suas próprias mãos, a autora enfatiza que “[...] é de pequeno que se formam os bons hábitos de comer à mesa com autonomia e de comer de tudo com satisfação”.

Piotto, Ferreira e Pantoni (2001, p. 127) consideram também que a alimentação é uma oportunidade de aprender a utilizar e dominar os talheres e aprender ainda se comportar ao comer. Estes salientam que ao aprender a se comportar, utilizar e dominar os talheres adequadamente na alimentação “A criança deixa de ser passiva e torna-se ativa no processo. A aquisição dessa independência é parte importante do desenvolvimento”.

No período da alimentação especificamente dos bebês de zero a um ano e meio os autores Junqueira Filho, Kaercher e Cunha (2001, p. 36-38) explicitam que as colheres cheias de papas e sopas e as marcas das mãos sujas dos bebês nas mesas, paredes, chão, cadeiras e até nos adultos, são indicativos de que a intenção dos bebês não é sujar, mas sim conhecer, explorar a comida, ou seja, ao manusear a comida os bebês aprendem; ao comer as crianças não só se alimentam de comida, mas também de informações.

O momento do descanso das crianças nas instituições infantis, segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998, v. 2, p. 60), possui uma importante função na saúde e no sistema nervoso das crianças. Este documento destaca, além disso, que o horário do sono não deve ser imposto para as crianças e ter um horário específico, mas sim ter flexibilidade, pois cada criança tem necessidades diferenciadas em relação ao sono. É importante disponibilizar também, ambientes adequados para o repouso das crianças.

Na hora do descanso os educadores podem desenvolver atividades com as crianças, como cantar, tocar, embalar e acalantar, principalmente os bebês. Já com as crianças maiores, é possível conversar sobre diversos assuntos, como os sonhos, medos, fantasias e desenvolver projetos sobre rituais, hábitos e cuidados das famílias neste momento do repouso (BRASIL, 1998, v. 2, p. 61).

É importante também estabelecer rituais específicos na sala de aula e descobrir as necessidades individuais das crianças para tornar a hora do descanso mais agradável e de fácil adaptação. Estes rituais para hora do descanso podem ser

as histórias, músicas, cafunés, leitura de poemas e poesias (DEVRIES; ZAN, 1998, p. 261).

Devries e Zan (1998) descrevem algumas sugestões para tornar a hora do descanso um momento simples e calmo tanto para as crianças, quanto para os educadores.

As autoras sugerem que os educadores organizem um ambiente tranqüilo, silencioso e confortável; estabeleçam rituais específicos; expliquem as crianças que o repouso é necessário para que elas sejam saudáveis; os educadores devem demonstrar ser solidários com o esforço para que as crianças adormeçam; respeitem as necessidades emocionais quanto fisiológicas de cada criança e assumam uma atitude perante as crianças que irá ajudá-las a repousarem tranquilamente. Fazer das dificuldades da hora do descanso uma oportunidade de refletir junto com as crianças a responsabilidade de respeitar os outros, pois, na hora do descanso algumas crianças não conseguem ficar quietas, especialmente, aquelas que não querem repousar, esta situação pode ser utilizada pelo educador como assunto de conversa e debate para as crianças, a fim de que elas juntamente com o educador estabeleçam regras para que a hora do descanso seja agradável a todos (DEVRIES; ZAN, 1998, p. 261-266).

Entretanto, como foi descrito na educação infantil deve ocorrer a integração do cuidar e do educar, mas devemos destacar que em algumas instituições de educação infantil o cuidar é considerado como parte menos importante na prática educativa, sendo relacionada somente como uma atividade assistencial de higiene e alimentação, desvinculada da ação pedagógica (ASSIS, 2006, p. 96).

Corroborar com esta idéia Rossetti-Ferreira (2003, p. 11), ao comentar que as instituições educacionais atribuem às atividades de cuidado como sendo as de menor valor, salário e status em consideração as atividades educativas. Em algumas instituições infantis, as professoras são responsáveis pela educação, onde as atividades são realizadas para a aprendizagem cognitiva e as auxiliares ficam responsáveis pela parte menos valorizada e de menor qualificação, que são as atividades de alimentação, higiene, limpeza, do descanso e de recreação. Segundo Rossetti-Ferreira (2003, p. 11), “Como a discriminação é grande, quem educa não se propõe a cuidar e quem cuida não se considera apto para educar, como se essa cisão fosse possível”.

Na educação infantil, é preciso ter a reflexão e a compreensão de que o cuidar e o educar se integram na obtenção de um sistema educacional infantil eficaz. Conforme Costa (2006, p. 62) as políticas educacionais como as Leis, Constituições, Diretrizes e Convenções direcionadas para a educação infantil, estabelecem claramente a intenção em se trabalhar o cuidado que educa e a educação que cuida.

Angotti (2006, p. 28) parte do pressuposto de que a educação infantil não deve oferecer apenas cuidados assistenciais às crianças, mas sim propiciar a elas educação. A autora ainda comenta que a educação infantil,

[...] não pode mais aceitar a manutenção de paradigmas que ofereçam apenas mera proteção, higiene, alimentação sem educá-las; que acreditem que o fortalecimento da coordenação motora fina e a pretensão de antecipação do processo de alfabetizar no sentido estrito de leitura e da escrita seja o papel suficiente e adequado do atendimento proposto; nem tampouco pode desconsiderar e abrir mão de conquistas alcançadas até aqui, sobretudo do ponto de vista de legislação existente.

O cuidar e o educar atualmente caminham simultaneamente com o objetivo de um melhor desenvolvimento das crianças de zero a seis anos. De acordo com Montenegro (2001, p. 40): “[...] a função de cuidar não aparece isolada na educação infantil: é uma função que se articula com a de educar”.

Nesta perspectiva, o educar e o cuidar na Educação Infantil referem-se à prática de propiciar atividades que favoreçam o desenvolvimento das crianças, tanto o desenvolvimento social, cognitivo, motor e psicológico.

Haddad (2003, p. 17) defende a expressão Educação e Cuidado Infantil, como sendo um terceiro modelo indicando a necessidade de aproximação entre a dimensão social e educacional da criança e da sua família no contexto atual da modernidade.

De acordo com Haddad (2003, p. 17), as implicações que ocorreram para esta mudança de paradigma na educação infantil são várias, dentre elas, a autora destaca:

[...] a necessidade de redefinição da relação entre o público (Estado) e o privado (família) nos assuntos relativos à infância; o reconhecimento do direito da criança de ser cuidada e socializada em um contexto social mais amplo que o da família; o

reconhecimento do direito da família de dividir com a sociedade o cuidado e a educação da criança; a profissionalização do cuidado infantil e a ampliação do conceito de educação.

Este paradigma tem como consequência, algumas mudanças, ou seja, a educação da criança que no passado era vista somente como alvo de cuidados assistenciais e exclusivamente uma responsabilidade somente da família, tornou-se ao longo da história uma responsabilidade também do Estado, pois, as crianças passaram a ter o direito à educação de zero aos seis anos.

CAPÍTULO 3

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DIRECIONADA A INTEGRAÇÃO DO CUIDAR E DO EDUCAR

Cuidar/Educar crianças de 0 a 6 anos passa a ser a expressão mais utilizada para designar uma orientação compatível com o atendimento a crianças nessa faixa etária em contextos coletivos e torna-se um dos principais pré-requisitos para ação dos profissionais de educação infantil.

Maria Lucia A. Machado

No processo de formação de profissionais de educação infantil, precisa ser enfatizado que este trabalho envolve competências diversas. Os educadores infantis precisam ter informações que envolvem cuidados fundamentais referentes às crianças, do mesmo modo, saberes de diversificados conteúdos da área do conhecimento. Também na sua formação profissional, deve ser ressaltado que o educador aprende no dia-a-dia e tem que fazer reflexão sobre sua ação pedagógica em parceria com os outros professores e com as famílias e comunidade para um melhor trabalho docente (BRASIL, 1998, v. 1, p. 41).

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a elaboração de um projeto educativo é um processo inacabado e historicamente contextualizado, exigindo sempre que as pessoas envolvidas constantemente façam reflexões e debates. Por isso é necessário ter educadores infantis comprometidos com a prática educacional das instituições e aptos a responder as exigências das crianças e das famílias, como também capazes de responder as questões específicas de aprendizagem e cuidados infantis (BRASIL, 1998, v. 1, p. 41).

Angotti (2006, p. 19) defende que os educadores infantis na sua profissionalização, devem levar em consideração a especificidade do ser criança, sendo que esta envolve a ludicidade, a liberdade e o brincar como forma de promover seu desenvolvimento infantil e, além disso, propiciar a articulação do educar e do cuidar. Do mesmo modo é essencial que os profissionais de educação infantil, não sejam meros funcionários da instituição, mas sim tenham condições de educadores com formação específica, para definir e fundamentar um novo fazer

educacional, atendendo adequadamente às crianças no seu processo de desenvolvimento.

Angotti (2006, p. 19) ainda explicita quanto à profissionalização do educador infantil:

A profissionalidade dos educadores infantis deverá estar fundamentada na efetivação de um cuidar que promova educação, e de uma educação que não deixe de cuidar da criança, de atendê-la em suas necessidades e exigências essenciais desde a sua mais tenra idade em atividades, espaços e tempos de ludicidade.

Nesta perspectiva, torna-se essencial a qualificação do educador para que se tenha a garantia da efetividade do cuidado (COSTA, 2006, p. 71).

A integração entre o cuidar e o educar é uma função do professor da educação infantil, visto que, este possui a responsabilidade de associar ambas as concepções na sua atuação, para tanto, é necessário que a sua formação seja direcionada a este processo de associação do cuidar e do educar, que envolve as crianças pequenas.

Kramer relata que estes profissionais devem ter objetivos na sua formação como:

Objetivos de educar/cuidar, a formação dos seus profissionais deve assegurar essas facetas, aliando as questões pedagógicas com as questões ligadas à higiene, alimentação e cuidados em geral, entendo, além disso, que ambas se relacionam às dimensões afetiva, ética e estética da prática educativa (MEC apud KRAMER, 1994, p. 74).

Entendemos que as crianças de zero a seis anos de idade apresentam diferentes características e necessidades referentes ao seu desenvolvimento, por esta razão, o educador infantil precisa conhecer, respeitar, valorizar e levar em consideração esses aspectos.

Destacamos parte do texto do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil referente ao cuidado na educação infantil:

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos

de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas (BRASIL, 1998, v. 1, p. 24).

Sendo assim, na educação infantil é necessário a compreensão entre os profissionais e a sociedade em geral, da importância da integração do cuidar e do educar, pois, com a valorização desta relação entre cuidados e educação, pode-se ter um espaço educacional infantil com mais qualidade.

Costa (2006, p. 71) apresenta um conjunto de características que o educador infantil pode utilizar nas práticas de cuidados e educação com as crianças. Ressalta, portanto, que o educador pode organizar reivindicações coletivas junto a instâncias administrativas legais, a fim de melhores condições de trabalho; não deve aceitar atribuições para as quais não foi preparado, solicitando educação em serviço; fazer a união entre cuidado e qualidade; o educador precisa ter o compromisso com a vida da criança. Além disso, sair do seu próprio mundo e adentrar no mundo da criança.

Assis (2006, p. 93), salienta também a questão da destinação de recursos financeiros adequado para a instituição e iniciativas de formação para os educadores que atuam na educação infantil, contribuindo assim, para o fortalecimento das práticas de cuidado e educação.

Cerisara (2002 apud ASSIS, 2006, p. 89) afirma que ainda existe a dicotomização entre cuidar e educar nas práticas pedagógicas e no discurso de alguns profissionais da educação infantil. Neste contexto, mesmo que a legislação considere a educação infantil como uma das etapas da educação básica, ainda não lhe dá suportes para que sejam realizadas melhorias e expansões significativas, no que concerne o trabalho educativo, como a valorização dos profissionais e quanto a sua formação profissional para atuar com crianças pequenas (ASSIS, 2006, p. 91).

As instituições de educação infantil também é um ambiente que se enraíza uma cultura, por isso, que neste espaço não deve se separar a realidade cultural, os objetos e valores das crianças, como suas experiências iniciais e suas futuras trajetórias. Para tanto, é preciso que haja propostas pedagógicas apropriadas na educação infantil, iniciando-se na concretização dos professores na sua apropriação dos modelos pedagógicos e de representações sociais como elementos da ação educativa, mas, no entanto educadores não integram de forma adequada essas práticas no seu cotidiano profissional (OLIVEIRA, 2007, p. 168).

Mas o correto é que os profissionais que atuam com crianças “precisam assumir uma reflexão sobre a prática, o estudo crítico das teorias que ajudam a compreender as práticas, criando estratégias de ação, rechaçando receitas ou manuais” (KRAMER, 2002, p. 129).

De acordo com Oliveira (2007, p. 169), os profissionais que atuam na educação infantil elaboram pressupostos, regras básicas e acordos que são transmitidos como modelo correto de pensar, observar e sentir nas práticas desenvolvidas e nos problemas instituídos no fazer pedagógico. Entretanto, construir uma proposta pedagógica implica em uma organização curricular que favoreça a mediação entre realidade da criança e a realidade social, usando outros valores, conceitos e visões de mundo, enfim, a elaboração de uma proposta pedagógica envolve um discurso que potencialize mudanças e direcione rotas. Ou seja, elaborar um currículo para as crianças, sendo uma proposta aberta, criativa e apropriada para cada situação educativa.

Oliveira (2007, p. 170), destaca que o planejamento curricular na educação infantil, atualmente rompe com a tradição de promover o confinamento e o isolamento infantil controlado pelo adulto, dentro de um campo que oferece muitas vezes as crianças atividades descontextualizadas, tarefas ritualizadas de colorir desenhos mimeográficos, de colar bolinhas de papel em folhas, mas hoje, são substituídas por atividades de trocas de opiniões, pesquisa e expressão social.

Nesta perspectiva, salientamos que na ação pedagógica os profissionais de educação infantil, devem elaborar atividades coerentes com a realidade das crianças, como criar atividades que envolvam o cuidar propiciando o ato de educar, ou seja, fazer a integração do cuidar e do educar. Atividades estas que já foram discutidas no capítulo 2, assim acreditamos que os cuidados específicos que a criança necessita como o banho, a alimentação as brincadeiras e o descanso, podem ser instrumentos para a elaboração das atividades pedagógicas.

Os educadores infantis na sua formação carecem aprender sobre os conhecimentos específicos que envolvem o processo de desenvolvimento físico, psicológico, motor, cognitivo e de linguagem das crianças. Ressaltamos nesta ocasião, o desenvolvimento da linguagem das crianças que o educador necessita

conhecer. Neste processo o educador pode elaborar atividades de canto¹ que estimula a fala, principalmente com as crianças de zero a três anos, período que eles estão aprendendo a se comunicar. De acordo com Nogueira (2002, p. 15), é por volta dos dois anos que as crianças iniciam as articulações dos fonemas com voz cantada e falada com maior destreza, mais ainda com algumas dificuldades.

Nogueira (2002, p. 14) menciona:

Durante toda a fase infantil o educador deve cantar articulando bem as palavras, exagerando a dicção, para que a criança assimile a relação da expressão visual do rosto, especificamente dos lábios, com o som emitido. As crianças estão atentas a toda movimentação facial e gestual ao seu redor. É importante que o educador cante olhando para as crianças, fazendo-as olhar atentamente para o seu movimento labial e facial.

Kishimoto (2002, p. 167), aponta que as linguagens e os saberes para a educação infantil decorrem de vários campos do conhecimento, como a Filosofia, a História de Educação, Psicologia, Filosofia, dentre outros, que refletem sobre a educação infantil e a concepção de infância. A autora destaca ainda o Teatro, Artes Plásticas e a Música na contribuição de formulações relacionadas às linguagens musical, dramática e visual das crianças.

É de fundamental importância também, que o educador tenha conhecimentos na sua formação dos estágios de desenvolvimento e das necessidades fundamentais das crianças, no entanto, sabendo que cada criança tem sua particularidade e sua individualidade.

Os educadores devem ser especialistas em saber cuidar das crianças de zero a seis anos de idade, o que exige conhecimentos e profissionalismo, já que há objetivos pedagógicos a serem alcançados na educação infantil. Objetivos estes como educar para o novo, educar para a convivência em grupo, educar para a socialização, educar para o cuidado e educar para a autonomia, respeitando as necessidades fundamentais do ser humano, visando à segurança das crianças (BORGES, 2002, p. 33).

¹ Canto: refere-se a um espaço físico interno da sala de aula, em que podem ser realizadas atividades diversificadas, com materiais didáticos, mobiliário e decoração específica. Por exemplo, canto da leitura, canto do faz-de-conta e canto da casinha.

3.1 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Um dos temas em debates nos dias de hoje é em relação à qualificação do profissional de educação infantil e as temáticas envolvendo cuidados e educação das crianças pequenas (CARVALHO, 2003, p. 13).

A educação infantil exige dos seus educadores comprometimento e competência, pois, é fundamental que ele esteja habilitado para trabalhar com o educar, abrangendo as implicações psicofísicas² do desenvolvimento infantil estimulando as manifestações e as habilidades das crianças (VIANA, 2002, p. 58).

Viana destaca (2002, p. 58):

O professor deve procurar desenvolver a sua sensibilidade e os conhecimentos acadêmicos necessários, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do potencial de inteligência e o talento das crianças. As experiências afetivas, bem como o reconhecimento de suas próprias capacidades como ser humano, dotado de habilidades e de um potencial criativo, farão desse educador um mediador, por excelência, de possibilidades infinitas de aprendizagem.

Vale lembrar, que antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, os cursos que existiam para prepararem os profissionais para a atuação em sistemas educacionais não tinham o propósito de discutir temas referentes ao cuidado e a educação das crianças. Mas, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, a formação de profissionais de educação infantil passa a ter um destaque no sistema educacional (MACHADO, 2000, p. 194).

Referente ao nível de formação dos profissionais para atuarem na Educação Infantil, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 em seu artigo 62, diz que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL apud LEITE FILHO, 2001, p. 39).

² Psicofísicas: Implicações Psicológicas e Físicas.

No entanto, existem algumas controvérsias na realidade institucional da educação infantil, quanto à qualificação dos profissionais que atuam com as crianças pequenas. Kramer (2002, p. 119) descreve que é relevante enfatizar que a não exigência na formação dos profissionais de educação infantil em nível, médio na modalidade infantil, significa que algumas instituições agem ao contrário do que está descrito na Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Podemos citar algumas causas que interferem na qualificação do profissional que atende as crianças de zero a seis anos. De acordo com Kramer (2002, p. 126), a desvalorização do trabalho desse profissional, é ocasionada pelo fato de aceitar pessoas com uma formação inadequada, o que gera uma alta rotatividade e uma baixa remuneração, já que não há perspectiva de carreira nesta área.

Porém, apesar de existirem educadores com formação inadequada que atuam nas instituições infantis, é necessário enfatizar que a Educação Infantil necessita sem dúvida que seus profissionais tenham um nível de formação apropriado para atuarem com crianças pequenas como também exige que o educador seja polivalente.

Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento (BRASIL, 1998, v. 1, p. 41).

A formação deve ser vista como uma contínua reconstrução de identidade profissional e pessoal do professor, sendo que este processo precisa estar vinculado aos conteúdos culturais e sociais, assim, produzindo conjuntos de valores, atitudes e saberes, encontrados nas suas próprias vivências e experiências pessoais dando significados ao fazer educativo (ANDRADE, 2006, p. 164).

O papel do educador e da educação infantil segundo aponta Angotti (2006, p. 26):

Concretiza-se no ideal de recuperação da infância perdida nos tempos modernos para inserir a criança no mundo do conhecimento, na condição de ser alfabetizada na leitura de mundo, na leitura interpretativa de tudo o que está ao seu redor sem perder a natureza, a magia, a fantasia, o mundo maravilhoso do ser criança e propiciar-lhe desenvolvimento integral, seguro e significativo.

Por isso, na educação infantil devemos ter profissionais que conheçam as características da infância, pois, a educação de crianças de zero a seis anos possui o papel de garantir que estas adquiram novos conhecimentos como também valorize os conhecimentos que elas possuem (KRAMER, 2002, p. 129).

Convém ainda aludir, que os profissionais não podem diferenciar atividades de cuidados e educação na sua prática pedagógica, podemos constatar essa distinção nas palavras de alguns profissionais, conforme relata Kramer (2008, p. 77): “[...] há professores que dizem “eu não faço *isso* (referindo-se a cuidados de higiene, alimentação, banho); eu estou aqui para ensinar, eu não estou aqui para cuidar”.

É necessário que os profissionais da educação infantil façam um exercício de reflexão sobre sua atuação, mas sendo que esta reflexão deve partir da articulação entre prática e teoria, portanto, para isso é preciso ter uma adequada formação (ASSIS, 2006, p. 100).

Costa (2006, p. 84), salienta que o educador infantil deveria auxiliar-se da teoria, da tecnologia, da ciência e também da sua sensibilidade e integrar na sua prática profissional, diversos campos do conhecimento, em relação aos conhecimentos a autora comenta:

Tais conhecimentos esclareceriam quem é a criança alvo de seu trabalho, quais são suas peculiaridades e que planos poderiam ser traçados para seu cuidado e educação. Para reunir todas essas condições, tal profissional deveria ser um indivíduo maduro e reconhecer que suas atribuições e responsabilidades influenciam sua capacidade de desempenhar o cuidado.

A formação do profissional para atuar na educação infantil precisa pautar-se em conhecimentos referentes ao que é ser criança, nas suas particularidades e suas necessidades específicas, no que concerne a educação e o cuidado das mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração do projeto de pesquisa, a princípio, tive muita dificuldade em delimitar a temática para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso. Elaborei juntamente com a orientadora alguns pré-projetos com vários temas a serem pesquisados, antes de se chegar ao atual tema aqui discutido.

Ressalto que no processo de pesquisa, com o tema enfim definido, pude então perceber uma afinidade com a “Educação Infantil”, que passou a fazer parte dos meus dias desde que comecei a pesquisar, estudar, questionar e refletir sobre a problemática que foi descrita no trabalho.

A pesquisa realizada me possibilitou um maior aprofundamento sobre os assuntos referentes à Educação Infantil, como seu processo histórico no Brasil, ainda sobre a integração do cuidar e o educar nas práticas educativas com crianças de zero a seis anos; além disso, sobre a formação do profissional que atua nesta área da educação básica.

Destaco que a partir da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, considero a Educação Infantil, como sendo à base de toda educação de uma pessoa, ou seja, o processo de educação tem início desde criança, pois, esta é um ser histórico e social.

A pesquisa foi de muita relevância para a minha formação profissional, devido aos questionamentos e os estudos realizados para a escrita deste trabalho, permitindo saberes que até então eram incógnitos. Além disso, a pesquisa em si, propiciou conhecimentos no que tange a elaboração de um trabalho Científico.

Nesta pesquisa focalizei o histórico da educação infantil, a partir da metade do século XIX, em que as instituições eram destinadas para o atendimento dos filhos das mulheres que trabalhavam fora de casa, ou seja, eram instituições assistenciais, que passaram com o decorrer dos anos para instituições educacionais, pois, o seu atendimento passa a ser um direito da criança.

Enfatizo a Constituição de 1988 e as políticas educacionais da década de 90, como o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação do ano 1996 e o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil em 1998, a fim de evidenciar o desenvolvimento das políticas

direcionadas para a educação infantil. Destaco também a concepção de infância, visto que, é necessária essa compreensão para o reconhecimento do ser criança e de sua particularidade, ressalto, além disso, a integração entre o cuidar e o educar nas práticas pedagógicas infantis e a formação profissional para a educação infantil.

Com isso, tenho o propósito de discutir com os futuros profissionais e também com os que já atuam na área da educação infantil, a importância da associação do cuidar e do educar no fazer pedagógico na educação infantil, pois, alguns profissionais ainda não consideram o ato de cuidar essencial e sim o ato de educar importante nas práticas educativas com as crianças. Diante do exposto, ressalto que os profissionais que atuam com crianças na faixa etária de zero a seis anos tenham conhecimento que ambos os conceitos são fundamentais para o desenvolvimento das crianças.

Nesta perspectiva, enfatizo que a formação de profissionais deve ser pautada na importância da integração entre o cuidar e o educar nas práticas pedagógicas da educação infantil.

Enfim, concluo que na Educação Infantil é necessário que os profissionais tenham o conhecimento dos conteúdos relativos a essa etapa e saibam que esses dois aspectos são indispensáveis na educação de crianças de zero a seis anos. E que também saibam como exercer a integração do cuidar e do educar no fazer educativo com as crianças pequenas, pois, as atividades de cuidados que elas necessitam no seu cotidiano como o banho, o controle dos esfíncteres, o brincar, a alimentação e o descanso, são atividades que favorecem o processo de aprendizagem destes sujeitos nas instituições.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Marlene Felomena Mariano do. Dona escova e comadre Alice. In: ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde et al. (Org.). **Os fazeres na educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 135-137.
- ANDRADE, Euzânia B. F. A busca do reencantamento do professor. In: ANGOTTI, Maristela (Org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2006. p.163-174.
- ANGOTTI, Maristela (Org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2006.
- ANTUNES, Celso. **Educação infantil: prioridade imprescindível**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ASSIS, Muriane Sirlene Silva de. Práticas de cuidado e de educação na instituição de educação infantil: o olhar das professoras. In: ANGOTTI, Maristela. (Org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2006. p. 87-104.
- AZEVEDO, Heloísa Helena; SILVA, Lúcia Isabel da C. A concepção de infância e o significado da educação infantil. **Espaços da Escola**, Ijuí, n. 34, p. 33-40, out./dez. 1999.
- BORGES, Maria Fernanda S. Tognozzi. O olhar do psicólogo sobre a adaptação: quando crianças de 0 a 6 anos ingressam em instituições. In: SOUZA, Regina Célia de; BORGES, Maria Fernanda S. Tognozzi (Org.). **A práxis na formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 27-34.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n. 8.069 de 13 de Julho de 1990. Curitiba:Imprensa Oficial do Estado, 2006.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: Lei Darci Ribeiro. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e legislação correlata. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1-3.
- CARVALHO, Eronilda Maria Góis de. **Educação infantil: percursos, percalços, dilemas e perspectivas**. Ilhéus: Editus, 2003.
- COSTA, Fátima Neves do Amaral. O cuidar e o educar na educação infantil. In: ANGOTTI, Maristela (Org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2006. p. 61-86.

CREPALDI, Roselene. Brincar de construir brinquedos. In: ANGOTTI, Maristela (Org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2006. p. 175-183.

DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. **A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola.** Porto Alegre: Artes médicas, 1998.

DIDONET, Vital. Educação infantil. **Humanidades**, Brasília, v. 43, p. 89-98, 1997.

_____. Não há educação sem cuidado. **Pátio: Educação Infantil.** Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 6-9, abr./jul. 2003.

GUIMARÃES, Laudicéia. Banho: que delícia! In: ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde, et al. (Org.). **Os fazeres na educação infantil.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 121.

_____. Um novo paradigma na integração do cuidar e do educar. **Pátio -Educação Infantil.** Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 16-19, abr./jul. 2003.

JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade; KAERCHER, Gládis Elise da S.; CUNHA, Susana Rangel Vieira da. In: CRAIDY, Carmem Maria (Org.). **O educador de todos os dias: convivendo com crianças de 0 a 6 anos.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. p. 31-69.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Um estudo de caso no Colégio D. Pedro V. In: FORMOSINHO, Júlia Oliveira; KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Formação em contexto: uma estratégia de integração.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 153-201.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. As Crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 797-818, out. 2006.

_____. Direitos da criança e projeto político pedagógico de educação infantil. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. **Infância, educação e direitos humanos.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 51-81.

_____. Formação de profissionais de educação infantil: questões e tensões. In: MACHADO, Maria Lucia de A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 117-132.

_____. Subsídios para uma política do profissional de educação infantil. relatório-síntese contendo diretrizes e recomendações. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental - MEC/SEF/COEDI. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil.** Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994. p. 69-81.

KUHLMANN JUNIOR, Moisés. **Infância e educação infantil uma abordagem histórica**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

KUHLMANN JUNIOR, Moisés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da Infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 15-33.

LEITE FILHO, Aristeo. Proposições para uma educação infantil cidadã. In: GARCIA, Regina Leite; LEITE FILHO, Aristeo (Org.). In: **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 29-58.

MACHADO, Maria Lucia de A. Desafios iminentes para projetos de formação de profissionais para educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.110, p. 191-202, jul. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a09.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2009.

MELLO, Ana Maria; VITORIA, Telma. Bolinhas de sabão. In: ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde, et al. (Org.). **Os fazeres na educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 122-125.

MONTENEGRO, Thereza. **O cuidado e a formação moral na educação infantil**. São Paulo: EDUC, 2001.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; VITORIA, Telma. Controle de esfínteres. In: ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde, et al. (Org.). **Os fazeres na educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 138-142.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. **O processo de pesquisa**: iniciação. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2006.

NOGUEIRA, José Henrique. Voz falada, voz cantada: o canto na educação infantil. In: SOUZA, Regina Célia de; BORGES, Maria Fernanda S. Tognozzi (Org.). **A práxis na formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 11-18.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007.

PIOTTO, Débora Cristina; FERREIRA, Marisa Vasconcelos; PANTONI Rosa V. "Comer, comer...comer, comer...é o melhor para poder crescer...". In: ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde, et al. (Org.) **Os fazeres na educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 126-128.

RIZZO, Gilda. **Creche**: organização, currículo, montagem e funcionamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. A necessária associação entre educar e cuidar. **Pátio** - Educação Infantil. Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 10-12, abr./jul. 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ana Paula Soares da et al. As leis e a educação infantil. In: ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde et al. (Org.). **Os fazeres na educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p.183-191.

VIANA, Jocilene Mesquita. Educação e cidadania começam na infância. In: SOUZA, Regina Célia de; BORGES, Maria Fernanda S. Tognozzi (Org.). **A práxis na formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 55-59.